



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 13/09/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### Combate ao desemprego exige políticas efetivas, sem MPs, 'jabutis' e artimanhas

Diante do avanço persistente do desemprego, que ficou 14,1% no segundo trimestre de 2021, de acordo com o IBGE, faltam políticas públicas efetivas que estimulem a criação de postos de trabalho. Por outro lado, o trabalho informal corresponde a 40,6% do total de ocupados. Ainda assim, a aposta do governo Bolsonaro tem sido aprofundar a flexibilização da legislação trabalhista. Trata-se da mesma estratégia que vem sendo adotada desde a "reforma" trabalhista de 2017, que não registrou os resultados esperados.

"Não quer dizer que não sejam necessários programas e medidas legislativas para enfrentar o grave problema do desemprego. Mas isso exige programas que deem às pessoas ocupação com qualidade, geração de emprego e renda, com políticas que enfrentem o problema de forma decente", disse Clemente em entrevista a Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual, nesta sexta-feira (10).

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 13 de setembro.

#### Atividade do comércio registra queda de 0,7% em agosto, mostra Serasa

A atividade do comércio apresentou retração de 0,7% em agosto, em comparação ao mês anterior, segundo o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian, divulgado nesta sexta-feira (10). De acordo com o índice, a queda foi puxada principalmente pelo setor de veículos, motos e peças, que registrou diminuição de 4,7%, e teve o segundo mês consecutivo de números negativos.

Os demais segmentos tiveram variações menores: supermercados, alimentos e bebidas registraram queda de 0,2%; tecidos, vestuário, calçados e acessórios (-0,2%); material de construção, alta de 0,4%; combustíveis e lubrificantes (+0,6%); e móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática (0%).

"O recuo da atividade do comércio em agosto sinaliza que o país ainda enfrenta desafios por conta do alto desemprego e do aumento dos preços, por isso as pessoas estão restringindo as compras apenas ao essencial", disse o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

Saiba mais em: [www.atribuna.com.br](http://www.atribuna.com.br), domingo 11 de setembro.

#### IGP-DI registra queda de preços de 0,14% em agosto, diz FGV

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou deflação (queda de preços) de 0,14% em agosto deste ano. No mês anterior, o indicador havia registrado inflação de 1,45%. Já em agosto de 2020, a taxa havia sido de 3,87%.

A queda da taxa de julho para agosto foi puxada principalmente pelos preços no atacado. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) teve deflação de 0,42% em agosto, ante uma inflação de 1,65% em julho.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) também tiveram queda na taxa, mas continuaram registrando inflação.

Saiba mais em: [www.atribuna.com.br](http://www.atribuna.com.br), sábado 11 de setembro.

## **Crise alimentada por Bolsonaro pode prejudicar economia, afirma Guedes**

O ministro Paulo Guedes (Economia) admitiu nesta sexta-feira (10) a investidores estrangeiros que a crise institucional, alimentada pelo presidente Jair Bolsonaro, pode prejudicar a economia do país.

“Todo esse barulho sobre instituições e democracia pode afetar nossa bem posicionada economia, no sentido de que estamos prontos para avançar novamente? Minha resposta é que isso pode produzir muito barulho, desacelerar o crescimento. Mas não mudar a direção [da política econômica], estamos na direção correta”, disse o ministro.

As declarações foram feitas em evento virtual promovido pelo banco Credit Suisse. O ministro foi questionado por investidores sobre a instabilidade provocada por Bolsonaro enquanto o país enfrenta dificuldades econômicas em diferentes frentes.

A conversa, em inglês, foi comandada por Ilan Goldfajn –presidente do conselho do Credit Suisse no Brasil e ex-presidente do Banco Central. Após uma primeira pergunta de caráter protocolar, Goldfajn afirmou que investidores buscavam uma declaração de Guedes sobre o comportamento do presidente.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de setembro.**

## **Instabilidade na renda trava recuperação dos mais pobres**

Primeiro, Kelcilene de Souza, 44, tirou a carne do cardápio; em seguida, cortou as frutas. Sem emprego e dependendo ainda mais do auxílio emergencial para ajudar a alimentar a família, ela hoje agradece por ainda estar conseguindo comprar arroz e feijão.

"Como sou trabalhadora doméstica e tenho problemas de saúde, ficou ainda mais difícil conseguir um emprego durante a pandemia. Ninguém queria dar trabalho e tinha medo de ficar doente. Cheguei a receber R\$ 120 por mês, mas a alegria do pobre dura pouco e cortaram pela metade", conta.

Com a redução do benefício no segundo trimestre deste ano, a família, que mora de favor, nem consegue mais pagar as contas de água e luz. "A gente reduz a compra do supermercado para pagar a internet para as crianças estudarem. Parecia que as coisas iam melhorar, mas tudo ficou muito difícil."

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 13 de setembro.**

## **Lei que obriga atualização de cadastro da Tarifa Social de Energia é sancionada**

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que torna obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Social. A nova legislação, já aprovada pelo Congresso, visa simplificar a inscrição no programa para que potenciais beneficiários sejam incluídos automaticamente.

Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, a medida se justifica porque os potenciais beneficiários não estariam sendo informados de forma adequada de seu direito ou não estariam sendo capazes de apresentar toda a documentação exigida para comprovação, sendo excluídos do benefício.

A Tarifa Social de Energia é destinada a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo, ou que tenham entre seus integrantes quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social (BPC).

**Saiba mais em: A Tribuna, domingo 12 de setembro.**